



**O GRANDE CAPITAL BRASILEIRO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA
AMÉRICA LATINA: O AVANÇO DA ODEBRECHT SOBRE O URBANO E A
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA RECENTE**

Cristina Wehba

FAUUSP

crisrina.wehba@gmail.com

RESUMO:

Este artigo discute o movimento do grande capital nacional da construção civil brasileira em direção aos grandes projetos de reestruturação urbana que se espalham pelas cidades latino-americanas no início do século XXI, tomando como objeto de análise a produção da Odebrecht como executora de obras públicas - na condição tradicional de empreiteira - em articulação com um campo de atuação que se amplia para a área da incorporação imobiliária, investimentos em ativos imobiliários, concessões públicas de infraestruturas e operação de serviços urbanos - na condição de grupo econômico - no período de recente expansão da economia. Problematiza, ainda, se a queda dos indicadores econômicos e o início da operação Lava Jato, a partir de 2014, representariam uma reestruturação das condições gerais de produção do espaço urbano no sentido de um domínio mais direto do capital estrangeiro sobre a produção do espaço na região.

Palavras-chave: Grandes Empreiteiras, Reestruturação Urbana, Reestruturação Imobiliária.

GT-1: Reestruturação urbana e econômica na produção do espaço: agentes e processos

INTRODUÇÃO

Em seu estudo sobre as grandes empreiteiras brasileiras e o governo ditatorial no Brasil, o historiador Pedro Henrique Pedreira Campos (2012) buscou identificar as lutas presentes no interior do aparelho de Estado durante o período, situando os empreiteiros nos conflitos. O autor entende os empreiteiros como uma fração de classe do empresariado industrial (Campos, 2015, p. 33) que conseguiu desenvolver amplamente suas formas de organização ao longo do regime, o que potencializou sua força junto ao aparelho estatal, garantindo que esta fração de classe chegasse ao final da ditadura ainda mais forte e poderosa do que antes de 1964.

A década de 1980, ainda que conhecida como um período de "ajuste recessivo", representou, para a grande empresa no Brasil, uma redução do endividamento, dos serviços das dívidas e aumento da lucratividade e diversificação (Rocha, 2013). Ambos os autores (Campos, 2-15; Rocha, 213) apontam a década de 1990 como um próximo momento de expansão destas empresas, com a diversificação das atividades das empreiteiras e sua participação nos processos de privatizações:

[...] O negócio da década, a compra de estatais e exploração de serviços públicos, permitiu que as empreiteiras passassem a atuar em áreas como a concessão de rodovias, com a exploração de pedágios; fornecimento de água e atuação em saneamento; concessão de serviços de telecomunicações e telefonia; administração de aterros sanitários e exploração de serviços públicos urbanos diversos. Essas novas áreas de atuação envolveram principalmente as maiores empresas do setor, dentre as que se mantiveram fortes ao fim da ditadura, o que inclui os grupos Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Carioca Engenharia, CR Almeida, OAS, Serveng-Civisan, dentre outras. (CAMPOS, 2015: 132)

As políticas públicas implantadas no período potencializaram um novo ciclo de expansão destas empresas, que se alçaram a um nível maior, não mais de complexos econômicos nacionais ou de empreiteiras de nível internacional, mas ao de "conglomerados de projeção mundial" (Campos, 2015). Rocha (2013), reforça o destaque ao período de privatizações nos anos 1990 como decisivo na consolidação dos grandes grupos econômicos brasileiros¹ e seu domínio sobre alguns setores através da mobilização dos mecanismos de centralização do capital.

[...]De modo geral, o processo se concentrou na rearticulação das instituições públicas não privatizadas para a formação de consórcios com empresas privadas. Como muitas

¹ De acordo com Rocha (2013), o período pós-privatizações teria consolidado um modelo de associação entre Estado e grupos econômicos nacionais que seria a base para a expansão do capital nacional sobre novas fontes de acumulação,

empresas nacionais demonstraram não ter tido interesse ou capacidade financeira de prosseguir no processo de reconcentração dos setores, o resultado foi o crescente entrelaçamento dos grupos econômicos de maior porte com os fundos públicos, resultando no surgimento de algumas grandes empresas em nível global e na crescente diversificação dos grandes grupos econômicos brasileiros. (ROCHA, 2013: 53)

É nesta condição que estas empresas chegam - transformadas desde grandes grupos da construção civil em holdings internacionais atuantes em diversos setores da economia - ao século XXI, quando um novo ciclo de expansão econômica se inicia a partir de meados dos anos 2000.

Em seus estudos sobre as relações entre as classes sociais e as políticas econômicas, sociais e a política externa brasileira nos governos Lula e Dilma, Boito Jr e Berringer (2013) identificam uma mudança no interior do bloco no poder², quando a grande burguesia interna ascende politicamente:

[...] Denominamos "neodesenvolvimentismo" o programa político dessa frente - a política de desenvolvimento possível nos marcos do capitalismo neoliberal. Os governos Lula e Dilma não romperam com esse modelo de capitalismo, mas introduziram, em decorrência das classes sociais que representam e nas quais se apoiam, mudanças importantes na economia, na política e na atuação internacional do Estado. (BOITO JR; BERRINGER, 2013: 31)

Para estes autores uma nova burguesia interna brasileira que reuniu diversos setores como grupos industriais, agronegócio, construção civil, minerações e outros, se fortalece através do apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este banco, que passa incólume pela onda de privatização da década de 1990, prioriza um reduzido número de grandes empresas nacionais como receptores dos programas de empréstimos a juros subsidiados dentro do marco das políticas ligadas a uma linha "neodesenvolvimentista".

Ainda que as políticas econômicas adotadas no primeiro mandato do presidente Lula tenham sido alvo de diversas críticas em análises acadêmicas (PAULANI, 2008; OLIVEIRA, 2010) por serem consideradas uma manutenção de políticas neoliberais adotadas no governo anterior, a partir de meados da primeira década deste século percebemos mudanças nas políticas econômicas e sociais

² Trabalhamos alinhados à definição de Pedro Campos, de acordo com a concepção de Estado e de bloco no poder conforme: "Estado como relação social, diferindo-a das noções que o veem como um sujeito sobre a sociedade, separado da mesma, ou então como objeto passivo e afastado da dinâmica social. De Poulantzas e outros autores inspirados em Gramsci, também extraímos o conceito de bloco de Poder, que se refere à composição diversificada de classes e frações que integram o grupo dirigente em determinado contexto" (CAMPOS, 2015: 35).

em relação ao período anterior, com aumento dos investimentos em infraestrutura, conforme argumenta Paulani:

[...] Só no último ano do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva que as coisas começam a mudar, particularmente por conta do lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), um substantivo programa de investimentos públicos, envolvendo recursos da ordem de 13% do PIB, para serem gastos em quatro anos em setores de infraestrutura (transporte, energia, recursos hídricos e saneamento). Já no segundo mandato, lança-se também um grande programa de construção de moradias populares (o Minha Casa Minha Vida). A partir do final do segundo mandato de Lula, nas referências a essa mudança nos rumos da política econômica, começa a ser ouvido o termo neodesenvolvimentismo. (PAULANI, 2017: 138)

Após um período de relativo esvaziamento BNDES, o Governo brasileiro volta a investir e o banco voltou a ter um papel estruturante na economia nacional, promovendo a inserção competitiva de empresas brasileiras, inclusive do ramo da construção civil (empreiteiras), no cenário internacional através de empréstimos para exportação de serviços de engenharia para execução de obras de infraestrutura, principalmente em países da América Latina e África.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, em dezembro de 2001 o estoque de investimento girava no exterior em torno US\$ de 49.689 milhões, já em dezembro de 2006 passou para US\$ 133.925 milhões, atingindo em dezembro de 2014 a cifra de US\$ 313.095 milhões, um aumento de mais de 630% em 13 anos. (SILVA FILHO, 2017: 12)

A partir de 2005, com a instituição de uma linha de crédito do BNDES para fomento direto da internacionalização dos grandes grupos econômicos no Brasil (resolução 1.189/2005), um seleto grupo de empresas no ramo da construção civil lideradas pela Odebrecht passa a priorizar estratégias de internacionalização em busca de posições de liderança global, concentrando estes investimentos:

A grande concentração observada nas exportações de serviços de engenharia financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi alvo de uma fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU). O levantamento, apresentado ontem, mostrou que as cinco maiores empreiteiras do país ficaram com 100% dos financiamentos desse tipo entre 2005 e 2014. Somente a Odebrecht absorveu 82%, segundo o TCU."³

³ Valor Econômico, 06/2016. "TCU avalia financiamentos do BNDES no exterior" acessado em 05/06/2019. Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/4586055/tcu-avalia-financiamentos-do-bndes-no-exterior>

Os estudos sobre estes financiamentos apontam que houve grande concentração dos recursos investidos, sendo o maior receptor a Odebrecht através de sua Construtora Norberto Odebrecht⁴, que em 2014 era a empresa com maior índice de internacionalização no país⁵.

Abordamos neste artigo tanto o processo de fortalecimento das grandes empreiteiras brasileiras nacional e internacionalmente - "momento neodesenvolvimentista"⁶ (PAULANI, 2017) com crescimento econômico do Brasil e aumento dos investimentos em infraestrutura através dos Programas de Aceleração econômica (PAC)⁷ - quanto a crise deste modelo, evidenciada pela queda dos indicadores econômicos e o início da operação Lava Jato a partir de 2014

1. INFRAESTRUTURA E CAPITAL FINANCEIRO NA AMÉRICA LATINA

Chesnais descreve como "incompleta e imperfeita" a integração dos países periféricos no regime de mundialização financeira, resultando na formação de mercados financeiros fracos nestas regiões. O capital portador de juros, em sua etapa de reciclagem⁸, toma a forma de empréstimos aos governos do terceiro mundo, sobretudo na América Latina, estabelecendo a dívida do terceiro mundo como mecanismo de transferência de recursos eficiente e que se reproduz no tempo. A dívida permitiu imposição de políticas de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização. Ele argumenta:

[...] para o capital portador de juros em busca de fluxos estáveis de rendimento, não há melhor investimento que as indústrias de serviços públicos privatizadas. Os domicílios que estão habituados ao gás, à eletricidade e ao telefone são "consumidores cativos" e "vacas de leite", fontes de ganhos regulares e absolutamente seguros. As antigas

⁴ De acordo com estudo realizado por GOES (2017) para o Instituto de Pesquisa econômica aplicada (IPEA), intitulado "Financiamento do BNDES para obras e serviços de empresas brasileiras no exterior", no período de 2002 a 2016 o financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por empresa brasileira foi da ordem de 14 bilhões, sendo que somente para a Odebrecht foram destinados quase nove bilhões de dólares.

⁵ "O índice de internacionalização, ou transnacionalidade, é resultado de três cálculos feitos pela Fundação Dom Cabral: a participação dos ativos obtidos no exterior em relação aos ativos totais; a participação das receitas obtidas no exterior em relação às receitas totais; e a quantidade de funcionários que a empresa tem no exterior em relação ao quadro geral de empregados da companhia. Por este cálculo, a Construtora Norberto Odebrecht foi a empresa mais internacionalizada de 2013, com índice de 0,549." Fonte: Comex do Brasil. Disponível em <https://www.comexdobrasil.com/odebrecht-passa-jbs-e-torna-se-a-empresa-brasileira-com-maior-indice-de-internacionizacao/>, acessado em 05/06/2019.

⁶ Paulani conclui que entre políticas de diversas orientações adotadas nos governos Lula e Dilma, pode-se dizer que houve um "momento Desenvolvimentista", ao longo do período 2003-2014. (Paulani, 2017, p. 151).

⁷ Em ressonância com o enorme incremento de investimentos imobiliários, com recuperação do FGTS e SBPE reforçados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

⁸ Chesnais descreve um processo a partir de 1976 de reciclagem dos petrodólares, quando as elevadas somas de dinheiro de origem dos países do golfo pérsico, infladas pelo aumento temporário do preço do barril de petróleo e aplicadas em Londres, tomam a forma de empréstimos aos governos do terceiro mundo, especialmente da América Latina (CHESNAIS, 2005).

empresas públicas são ativos tão atrativos quanto mais o Estado tenha nelas realizado, com os impostos da coletividade, elevados investimentos que assegurarão rendimentos sem a necessidade de renovação durante longos anos. (CHESNAIS, 2005: 62)

David Harvey (2001) destaca a importância do fortalecimento do sistema de crédito para as transformações nas formas de produção da infraestrutura, que consegue reunir grandes quantidades de dinheiro para a realização das grandes obras:

A questão da organização, configuração e massa do capital dinheiro disponível no ponto de partida da circulação nunca desaparece. A construção de uma usina siderúrgica, ferrovia ou o lançamento de uma companhia aérea exigem imenso despendimento inicial de capital dinheiro antes mesmo de a produção começar, e os intervalos entre o início e a conclusão podem ser substanciais. Só há pouco tempo tornou-se possível a constituição de consórcios privados de capitais associados para realizar grandes projetos de infraestrutura no lugar do Estado. (...) estes projetos tornam-se mais necessários na medida em que o capitalismo cresce em escala por meio do crescimento da capitalização. (HARVEY, 2001: 49)

Estas considerações evidenciam a infraestrutura e serviços urbanos na América Latina como alvo do capital portador de juros (capital financeiro internacional), e o principal questionamento a este respeito seria como o grande capital nacional da construção civil operaria na região, ora representando uma barreira a estes investimentos, ora sendo o próprio canal pelo qual este capital penetra na produção do espaço nestes países, além da problematização da condição particular do Brasil neste processo na região.

Conforme argumentado anteriormente, o período da ditadura, entre 1964 e 1985, poderia explicar a origem do processo de consolidação e até internacionalização das empreiteiras nacionais, pelo conjunto de políticas favoráveis a estes grupos. Com a criação e transformações no sistema de financiamento criadas no início deste período⁹, mas principalmente a partir de 1967 com a

⁹ Campos explica: "Com o golpe de 64, o BNDE, passa a abrir o leque de sua carteira de empréstimos, passando a privilegiar as empresas privadas, principalmente no setor de infraestrutura. Muitas vezes, também, além da receita com o PIS e o PASEP a partir das reestruturações que deram o pretensão caráter social ao BNDE'S, lança-se mão da tomada de empréstimos junto a bancos internacionais com taxas de juros e de câmbio voláteis para financiar empreendimentos no país a juros fixos, sem o perigo das alternâncias nos juros e na taxa cambial, ou melhor, o risco do empréstimo que chega até o capital privado é retido no BNDES. Da mesma forma, logo após o golpe, foi criado o BNH, instrumento do governo que utilizava a arrecadação com o FGTS e poupança voluntária para financiar o capital imobiliário nacional. Com as reformulações ocorridas na empresa estatal ao longo da década de 70, ela passou a custear também obras de urbanização, saneamento e infraestrutura. (...). A criação, o funcionamento e a reorientação do BNDE, do BNH e, em menor escala, do BB e da CEF, podem ser considerados uma vitória do capital industrial no Brasil, e da indústria de construção em particular, incluindo aí tanto a construção civil como a pesada". (CAMPOS, 2009, p. 16).

mudança no sentido do governo para um novo ciclo de industrialização que marca o início do "milagre econômico", os interesses do capital nacional da indústria da construção são atendidos, consolidando o setor como uma reserva de mercado para capitais nacionais. Um fato significativo é a promulgação do decreto 64.345, assinado pelo presidente Costa e Silva, que determinava que órgãos federais só poderiam contratar serviços de engenharia de empresas estrangeiras caso não houvesse empresa nacional capacitada a contratar.

"Em outras palavras, o documento garantia a reserva de mercado às construtoras nacionais na realização de obras públicas, em tempos de pesados investimentos do governo em infraestrutura. Publicado um ano após o AI-5 - com o Congresso Nacional fechado -, o decreto proporcionou às empreiteiras brasileiras, hoje envolvidas no esquema de corrupção descoberto pela Operação Lava-Jato, o salto em um mercado antes dominado pelas estrangeiras, como a dinamarquesa Christiani-Nielsen." (CAMPOS, 2012, p. 69)

Este processo é explicado com base nas relações de poder entre este capital e o Estado, alegando a posição privilegiada do capital da indústria da construção, que contou com a reorientação do BNDE, Banco Nacional da Habitação (BNH), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), que financiaram o setor (e isso inclui o financiamento imobiliário e de serviços urbanos) com juros abaixo do mercado, representando uma vitória do capital industrial sobre o bancário:

[...] seus financiamentos ao setor, quase sempre com juros abaixo dos praticados no mercado e em alguns casos até negativos, fizeram com que o capital da indústria de construção 'invertisse' a lógica do capital financeiro clássico. Com essas instituições bancárias públicas, as empresas de construção não se subordinaram ao capital bancário, mas fizeram-no subserviente aos seus próprios interesses, ao fazer com que suas próprias demandas fossem atendidas nas decisões e políticas praticadas por esses bancos. (...) Esse mecanismo reduziu a quantidade de mais-valia retida no âmbito financeiro da reprodução de capital, potencializando os lucros do setor funcionante do capital, no caso a indústria de construção, o que constituiu um dos fatores que para a formação de um capital monopolista da construção nacional. (CAMPOS, 2009: 6)

Estudos apontam para mudanças na produção de infraestruturas urbanas no sentido da passagem de um modelo centralizado-estatal para um modelo centralizado-privatizado a partir dos anos 1990, onde as privatizações de ativos públicos garantem ganhos extraordinários a agentes privados por meio de monopólios, oligopólios e garantias tarifárias (PIREZ, 2016). Conforme analisa Rufino (2016), a partir dos anos 2000 os setores de transportes públicos, saneamento e processos de renovação urbana dão relevo às transformações urbanas, expondo mudanças na racionalidade

de produção no setor, com crescente envolvimento do capital financeiro internacional e de grandes grupos empresariais (RUFINO, 2016).

Lessa e Dain (1983) consideram o circuito imobiliário no Brasil como espaço de valorização reservado, historicamente, aos capitais nacionais. Ainda que as transformações recentes tenham aproximando o capital financeiro internacional do circuito imobiliário antes reservado às elites locais (FIX, 2011), o caso da hegemonia das grandes empreiteiras nacionais e sua atuação internacional aponta para a permanência da importância do grande capital nacional em suas associações com o poder público para manutenção do poder de monopólio sobre as transformações espaciais¹⁰.

A Odebrecht, que tem maior destaque entre a empreiteiras, aparece como uma força nacional e internacional, atuante em vários setores e que se apropria do imobiliário como uma de suas frentes de extensão, dentro do movimento descrito por Rocha (2013) de avanço sobre outras fontes de acumulação e outras formas de apropriação ligadas ao rentismo, se apropriando das transformações urbanas promovidas pelo setor público. O financiamento do BNDES a esta empresa e os impactos de seu crescimento e internacionalização em sua crescente produção no espaço urbano, assim como o aumento dos investimentos na infraestrutura urbana brasileira com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a priorização e avanço de parcerias público-privadas nos projetos urbanos como tendência global se materializam em uma série de projetos de "reestruturação urbana" nas cidades latino-americanas.

2. O AVANÇO SOBRE OS GRANDES PROJETOS URBANOS E A PRODUÇÃO DAS CIDADES

O período recente de crescimento econômico no Brasil é também um período de grandes transformações no setor imobiliário, com processos de concentração e centralização de capital que atingem as empresas do ramo, se colocando como forma de organização predominante do capital sob domínio das finanças (RUFINO, 2012). Nestes anos, a estrutura de propriedade das empresas construtoras e incorporadoras passa por forte reorganização após conhecido processo de

¹⁰ Rocha (2013) pondera que o período posterior aos leilões e privatizações dos anos 1990 se define como uma "rearticulação das instituições públicas não privatizadas para a formação de consórcios com empresas privadas. Como muitas empresas nacionais demonstraram não ter tido interesse ou capacidade financeira de prosseguir no processo de reconcentração dos setores, o resultado foi o crescente entrelaçamento dos grupos econômicos de maior porte com os fundos públicos, resultando no surgimento de algumas grandes empresas em nível global e na crescente diversificação dos grandes grupos econômicos brasileiros" (Rocha, 2013, p. 52).

capitalização por via de oferta de suas ações na bolsa de valores de São Paulo. Trata-se, ainda, de período favorável à intensificação da atividade imobiliária incentivada pela alteração do marco regulatório do setor, pela estabilidade da economia e pela disponibilidade de crédito facilitado tanto à produção quanto ao consumo (RUFINO, 2012; BOTELHO, 2007).

Um pouco menos estudado é como estes processos gerais desencadeiam transformações na atuação imobiliária das empreiteiras, que intensificam sua produção no ramo das edificações residenciais e não residenciais, se colocando como agentes hegemônicos em grandes projetos imobiliários e urbanos. As incorporadoras vindas de empreiteiras se colocaram rapidamente na lista das maiores incorporadoras brasileiras¹¹, colaborando para o quadro de enormes investimentos em negócios imobiliários durante o período de expansão do mercado (WEHBA, 2018).¹²

Este avanço sobre o setor da incorporação imobiliária por parte das empreiteiras se dá em associação direta com o poder público, e se apoia e se beneficia da transformação do ideário do planejamento urbano no sentido da predominância da lógica das parcerias público-privadas (PPPs) como forma de financiamento à projetos de reconfiguração das cidades que se desenvolvem por todo o território brasileiro. Como destaca Rufino (2016), a evolução da regulamentação deste instrumento, com a aprovação de legislações como a dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs), dá protagonismo a estes agentes e fortalece sua atuação na proposição e modelagem dos projetos, consolidando este modelo de aproximação direta e indireta das infraestruturas e imobiliário já enunciado.

Com estas transformações no setor privado e no planejamento urbano as empresas de maior porte, capitalizadas e bem estruturadas financeiramente se destacam, posto que conseguem formatar arranjos financeiros inovadores e viabilizar grandes empreendimentos em grandes áreas, consolidando a relevância da participação dessas empresas nos planos e políticas urbanas. Esta

¹¹ Longe dos holofotes e da Bovespa, a OR superou as concorrentes e termina o ano como a maior incorporadora do país. Nenhuma empresa vai lançar tantas obras quanto o braço imobiliário do conglomerado baiano. Serão cerca de 6,5 bilhões de reais em novos projetos - 500 milhões a mais do que a Cyrela". Revista Exame "Gávea vira sócia da Odebrecht no mercado imobiliário", disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/gavea-vira-socia-odebrecht-mercado-imobiliario> acessado em 05/06/2019.

¹² Rocha (2013) dá destaque, ainda, às relações desta expansão com o processo de internacionalização da empresa e sua diversidade de atuação: " O grupo atua em construção civil – através da holding internacional Belgravia Empreendimentos – na África, América Latina, Oriente Médio e alguns países da Europa, e em empreendimentos imobiliários, na América Latina, África e Portugal. Em concessões públicas, a Odebrecht atua nas mesmas regiões, gerindo concessões portuárias, rodoviárias, ferroviárias e de telecomunicações. No setor energético, o grupo atua também na América Latina – especialmente Equador e Peru – e África. Destacam-se também a presença da Odebrecht nas obras de infraestrutura na África, Emirados Árabes e América Latina" (Rocha, 2013, p. 130)

relação foi analisada pela autora em sua dissertação de mestrado (WEHBA, 2018) que buscou compreender o papel que desempenham as grandes empreiteiras brasileiras nos processos que transformam o setor imobiliário no país e demonstraram que, durante este período de crescimento econômico com base em políticas neodesenvolvimentistas, acontece uma maior integração entre as áreas de infraestrutura e imobiliária, apontando para um aumento do poder de coordenação de grandes empresas e suas formas de conexão com fundos públicos e privados - setor financeiro - nas transformações urbanas.

Nosso estudo feito para o perímetro da Operação Urbana Água Espreada (OUCAE), com base nos dados disponibilizados pela SP Urbanismo sobre as adesões privadas (compra de CEPACs) e intervenções públicas na área, mostrou que a grande maioria das adesões foram por parte de empresas incorporadoras de capital aberto ou incorporadoras vindas de empreiteiras, como foi o caso estudado, da Odebrecht Realizações Imobiliárias (OR). Estas empreiteiras também foram, majoritariamente, responsáveis pela realização das obras públicas viárias e até de habitação de interesse social (HIS) previstas na operação (WEHBA, 2018: 52).

Com estratégias distintas de aproximação com o setor financeiro, estas empresas não abrem seu capital na bolsa de valores, mas seu peso como grupo econômico serve de lastro para investidores. Assim, não têm dificuldade em se beneficiarem de financiamentos via mercado financeiro, dominando a emissão de debentures ou de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), entre outras estratégias que articulam capitais financeiros e produção do espaço.

Pode-se afirmar, com base em nossos estudos que, se em um primeiro momento, a ampliação da atuação no imobiliário pelas grandes empreiteiras brasileiras se dá ligada à uma “crise das infraestruturas”, nos anos 1980 - onde os investimentos no imobiliário seriam uma opção frente a uma queda da produção de obras públicas - no momento mais atual a prévia expansão dos investimentos em infraestrutura possibilitou este salto, em associação às altas taxas de rentabilidade do mercado transformado pela ampliação dos laços com o mercado financeiro, incentivos do poder público e na consequente ampliação do porte e valor dos investimentos e das possibilidades de ganhos na atividade de incorporação.

Historicamente a diversificação das atividades das grandes empreiteiras se deu pela tendência à conglomeração, com atuação em ramos além do limite da indústria da construção, em áreas que demandam serviços de engenharia como a área petroquímica. A Odebrecht se destaca nesta área

desde o início do processo de privatização, ainda no governo Sarney, até se tornar "líder no controle dos ativos petroquímicos do país, realizado várias aquisições de bens públicos e privados até formar o conglomerado Braskem em 2004" (CAMPOS, 2012, p. 131).

O processo de ramificação da Odebrecht é acompanhado por um processo de internacionalização que toma corpo a partir de 1979, com a construção de barragens no Chile e Peru, países com os quais já tinha relacionamento. Através de uma agressiva política de preços, a companhia se estabelece no mercado internacional, atuando principalmente em países da América Latina e África, atingindo, em 1985, a marca de 30% de contratos no exterior.

Com as privatizações nos anos 1990 as atividades das empreiteiras no geral e da Odebrecht, especialmente, entram em um novo ciclo de intensificação, por fazerem parte de um pequeno grupo de empresas nacionais suficientemente capitalizadas para participar das aquisições de empresas estatais nos leilões dos anos 1990. O neoliberalismo engendra uma profunda transformação nas atividades das empreiteiras brasileiras, representando uma nova forma de produção e organização do espaço na qual estas reafirmam sua posição privilegiada.

Ainda que a diversificação da atuação das empresas empreiteiras tenha origem na década de 1960, a separação, crescimento e fortalecimento de seu segmento imobiliário coincidem com o período mais recente de expansão e reorganização da produção imobiliária no Brasil. Em 2002, o grupo paulista Camargo Corrêa lança a Camargo Correa Desenvolvimento Imobiliário que, em 2012, alcança um Valor Geral de Vendas (VGV) total de R\$ 1,7 bilhão e mais de 12 mil unidades entregues. A constituição da OAS Empreendimentos imobiliários ocorreu em 2004, sendo que o início de suas atividades se dá em 2006, com o objetivo de construção de empreendimentos imobiliários na região Nordeste do Brasil. Hoje possui operações nas cidades de Salvador, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outras. A Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário, originária do Recife, é fundada em 2008, com criação de uma marca separada para atuar no segmento econômico, a Slim, em 2009. A Andrade Gutierrez se destaca a partir de 2014 com o Parque Olímpico do Rio de Janeiro (WEHBA, 2018).

Entre este grupo de empreiteiras que ampliam suas atuações no ramo da incorporação, a Odebrecht Realizações Imobiliárias (OR) chama à atenção por sua trajetória de crescimento acelerado, seus empreendimentos de grande escala em áreas muito valorizadas, e por suas estratégias particulares de interação com a área financeira. Em um período de reestruturação do setor, quando as empresas

de incorporação crescem e o imobiliário como um todo ganha importância econômica, estreitando seus laços com o mercado financeiro (BOTELHO, 2007), a OR mantém sua estrutura de capital fechado, resistindo às pressões a que outras empresas se submetem e se beneficiando com a estratégia de levar para o mercado da incorporação a experiência do grupo em grandes obras, apresentando processos de centralização e concentração de capitais particulares. Como estratégia de crescimento e capitalização a OR, em 2010, firma sociedade com a Gávea Investimentos, empresa do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga¹³ (WEHBA, 2018: 39).

A produção da OR consiste prioritariamente no desenvolvimento de grandes complexos imobiliários em grande parte articulados a áreas aonde a implantação de infraestruturas vem transformando o território¹⁴. Esta preferência por áreas onde estejam acontecendo processos de reestruturação ou processos de valorização imobiliária é uma particularidade da empresa, conforme aponta a conhecida participação da Odebrecht nas áreas dos megaeventos, e em áreas em processo de reestruturação por PPPs pelo Brasil todo. Nestas situações, é possível uma associação entre a produção de infraestruturas e a produção imobiliária em grande escala, como é o caso do Ilha Pura, na região da Barra da Tijuca, e da controversa operação urbana Porto Maravilha, na área portuária do Rio de Janeiro.

Uma pesquisa preliminar sobre a abrangência internacional da produção da Odebrecht no espaço urbano¹⁵ mostra que estas associações ganham força também em outros países da América Latina, em obras de infraestruturas urbanas executadas pela Construtora Norberto Odebrecht. É o caso dos projetos de reestruturação no Panamá, Peru e Argentina.

No Panamá, a construtora Norberto Odebrecht atua diretamente nos projetos de renovação urbana dos bairros de Curundú e Callao, no projeto de preservação do patrimônio histórico do casco histórico da capital e na revitalização dos espaços públicos da Cidade do Panamá. Esta revitalização é executada pela Odebrecht Ingeniería & Construcción Internacional e contempla obras viárias,

¹³ A Gávea Investimentos é uma empresa de gestão de recursos financeiros, fundada inicialmente em 2003 como banco de investimento privado (private equity) por Armínio Fraga, um economista brasileiro, e ex-presidente do Banco Central do Brasil. Em 2010, a Gávea Investimentos já administrava US\$6 bilhões em ativos, quando o controle acionário da empresa foi assumido pela "Highbridge Capital Management" empresa pertencente ao JPMorgan Chase. O fundo também possui 5% do capital da Odebrecht Óleo e Gás.

¹⁴ A OR foi uma das empresas que ficou de fora do pedido de recuperação judicial apresentado pela Odebrecht em junho de 2019. Ela segue em atividade, principalmente trabalhando com a venda de seu estoque ou de seus ativos.

¹⁵ Pesquisa realizada pela autora nos relatórios anuais disponibilizados pela empresa a seus investidores, contemplando os anos de 2007 a 2018. Fonte: ODEBRECHT. Relatórios a investidores. Disponível em <https://www.odebrecht.com/pt-br/a-odebrecht/relatorios-anuais> acessado em 13/06/2019.



recuperação e revitalização de praças, recuperação de calçadas com aterramento de cabos elétricos, iluminação de espaços públicos e arborização e renovação do mobiliário urbano. O projeto Curundú Renovação Urbana incluiu a construção de 1008 unidades habitacionais, além de sistemas de serviços básicos e o projeto para a área de Callao inclui a construção de 5000 apartamentos de interesse social e a melhorias nas infraestruturas.

No Perú, desenvolve o Callao Monumental em Lima. O projeto Callao Monumental foi uma iniciativa de renovação urbana para fomento da arte e turismo na zona portuária de Lima, levado a cabo por um empresário peruano que organizou uma parceria entre a Odebrecht e o Governo, e está sob investigação devido a suspeitas de compra irregulares e especulação com imóveis por parte deste empresário.

Na Argentina, território privilegiado para as operações internacionais da empresa, a Odebrecht chega em 2010, a assumir a liderança no setor da construção no país¹⁶, estando envolvida na transformação dos trens metropolitanos de Buenos Aires em metrô subterrâneos. O que si inicia com um projeto de 7 quilômetros de linhas subterrâneas em associação a um plano urbanístico para o município de Buenos Aires, se transforma, no ano de 2006 e com a entrada da Odebrecht no papel de liderança técnica de um projeto numa escala ampliada - através de um consórcio com empresas locais e estrangeiras¹⁷- no que seria considerado um dos projetos de infraestrutura mais importantes da Argentina (FUENTES, 2012), com o soterramento de 37 km de linhas de trem, sendo um terço do financiamento garantido via BNDES.

A crescente aproximação entre infraestrutura e imobiliário aparece como estratégia central na ampliação dos ganhos na produção do espaço. O caso da Operação Água Espreada (WEHBA, 2018) ilumina claramente que essa intensificação de investimentos em um mesmo espaço de maneira mais acelerada: ao impulsionar uma transformação mais radical do ambiente construído, dá maior relevo a renda imobiliária, e a ampliação do fluxo dessas rendas através da produção imobiliária por parte das empreiteiras pode explicar o enorme interesse dessas empresas na participação nas intervenções urbanas e grandes projetos, pois conseguem assegurar ganhos em

¹⁶ "Enquanto economias avançadas se recuperam da crise global, as relações comerciais entre Brasil e Argentina se fortalecem. Prova disso é que a Odebrecht assume a liderança do setor de construção no país, onde atua há 23 anos, com um faturamento de R\$ 916 milhões em 2009, um crescimento de 10% em relação a 2008." Reportagem da revista O Empreiteiro, de julho de 2010. Acessado em 15/04/2019 e disponível em: <http://revistaoe.com.br/odebrecht-e-lider-do-setor-de-construcao-na-argentina/>

¹⁷ O projeto, hoje estagnado, foi liderado pela Odebrecht através do consórcio Nuevo Sarmiento, integrado pela espanhola COMSA, pela italiana Ghella e pela IECSA, empreiteira já tradicional de Buenos Aires.

três dimensões da produção do espaço (incorporação, construção de obras de infraestrutura e construção de edifícios), garantindo ganhos aos investidores financeiros através do poder ampliado sobre as decisões de financiamentos e investimentos públicos.



Figura 1. Atuação da Odebrecht em projetos de renovação urbana no Peru. Fonte: Odebrecht.com.br

Neste sentido, a capitalização do BNDES via tesouro Nacional e os investimentos do Banco na internacionalização de poucos grandes grupos resulta em um processo com características próprias:

[...]A questão se refere ao aumento da participação dos grupos brasileiros nas atividades de infraestrutura e concessões públicas na América Latina e África. (...) Estas atividades possuem relações mais intrincadas com o poder público concedente – como ilustrou as grandes doações feitas pelas construtoras brasileiras para a campanha presidencial do Peru em 2011 – e como são geralmente financiadas pelo capital brasileiro, geram uma contrapartida de endividamento público destes países com o Brasil. Ressaltando o fato de que muitos dos projetos de infraestrutura são realizados para dar suporte a empreendimentos de grupos econômicos brasileiros. (Rocha, 2013: 168)

3. A HIPÓTESE DE UMA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA RECENTE

Ao que parece, as empreiteiras se inseriram num momento de grande crescimento dos investimentos na produção do espaço, se mostrando totalmente integradas às práticas do capital

financeiro, exibindo enormes poderes no controle da ampliação da acumulação capitalista via produção do espaço, articulando-se com dinâmicas perceptíveis em vários países da América Latina que apontam para uma radicalização do neoliberalismo e dos mecanismos de acumulação financeira.

Concluimos que no período de crescimento econômico e do investimento em infraestruturas no país, quando acontece uma maior integração entre as áreas de infraestrutura e imobiliária, as principais empreiteiras nacionais se consolidam como grandes conglomerados empresariais alinhados ao projeto do governo com ações neodesenvolvimentistas com foco no combate aos efeitos da crise financeira de 2008. Todo este processo intensificou ainda mais a centralização de capitais já em curso nestes setores, representando mudanças radicais nas cidades.

Para além destas constatações iniciais, cabe ainda problematizar se o recente esgotamento do modelo das empreiteiras e a crise enfrentada pelas mesmas representaria uma barreira para a extensão dessa lógica ou, ao contrário, novo impulso para a penetração do capital internacional.

Cabe destacar que a análise integrada da articulação imobiliário-infraestrutura-finança no sentido de compreender como se dão estas articulações e associações no início do século XXI, tanto a nível nacional quanto latino americano, pode jogar luz a processos específicos da América Latina, contribuindo para a compreensão mais geral do papel da região nas dinâmicas globais e em relação ao Brasil.

Se fortalece a hipótese de que o aumento dos investimentos públicos em infraestrutura em associação com as diversas formas de Parcerias Público-Privadas em projetos urbanos dá suporte às aproximações entre o grande capital nacional brasileiro e o capital financeiro na transformação das cidades da América Latina no início do século XXI, potencializando o imbricamento entre setor imobiliário, de infraestrutura e financeiro ao unir, em grandes projetos urbanos, a execução obras públicas, operações e concessões de serviços urbanos públicos e as diversas formas de parcerias entre governos e empresa para produção e transformação das cidades.

Por outro lado, este olhar para a forma específica pela qual se dão as aproximações abordadas neste artigo, convida à reflexão sobre o processo de reestruturação atual destes setores, quando a hegemonia dos grandes grupos nacionais é interrompida, e outros processos tomam forma com a ampliação da importância de outros agentes. É o caso da compra dos ativos da Odebrecht pela

Brookfield, ou o tipo de penetração no mercado brasileiro de grandes grupos chineses da infraestrutura.

No primeiro caso, a atuação no mercado nacional se dá com a compra dos ativos de empresas locais que passam por processos de reestruturação. A Brookfield, multinacional com origem canadense e histórica participação na implementação de infraestruturas e até na área imobiliária no Brasil¹⁸, é líder em aquisições no Brasil nos últimos anos, principalmente na área de infraestrutura de empresas como a Odebrecht, em fase de renegociação de dívidas e reestruturação empresarial. Entre as aquisições estão 70% de participação na Odebrecht Ambiental (chamada BRK Ambiental), por R\$ 3,2 bilhões, além da compra de concessão rodoviária e projeto de irrigação da companhia no Perú. Está em processo de negociação, ainda, para a compra de uma participação na Braskem (controlada pela Odebrecht), e de concessões rodoviárias detidas pela Odebrecht Transport. A estratégia de crescimento da empresa é declaradamente a de aproveitar as crises para compra de ativos sem competição, como explicitado por um de seus executivos em entrevista à imprensa: "Nosso negócio é levar dinheiro a investimentos e países que acreditamos que no longo prazo serão bons, mas onde a maioria das pessoas não tem capital disponível ou operadores para aproveitar essas oportunidades¹⁹".

Por outro lado, a chegada de empresas estrangeiras capitalizadas, principalmente as chinesas, que avançam na área de infraestrutura em diversos países, não acontece de forma plena sem uma associação com empresas nacionais, familiarizadas com o mercado brasileiro. Dentro da estratégia do governo chinês de incluir a América Latina em seu programa de investimentos intitulado "One Belt, One Road" ("Um cinturão, uma estrada"), a China sinaliza para as associações com construtoras locais que buscam sócios diante das dificuldades de seus negócios²⁰. Neste modelo

¹⁸ A empresa surge no Brasil, com o nome de Light, ainda no final do século XIX, por investidores canadenses para implantação de bondes elétricos no Rio de Janeiro e São Paulo. Foi a primeira fornecedora de serviços de transporte e eletricidade do país. Após longo processo de expansão e diversificação, com abertura de capitais na bolsa de Toronto e investimentos na área de infraestrutura e imobiliária - com a Brascan - recentemente troca seu nome pela Tegra como parte de um reposicionamento de marca. Fonte: G1. Acessado em 07/06/2019 e disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/quem-e-a-brookfield-a-empresa-canadense-que-investiu-quase-r-27-bilhoes-no-brasil-em-5-anos.ghtml>

¹⁹ Fala do presidente da empresa publicada pelo G1, na sessão de economia. Acessado em 07/06/2019 e disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/quem-e-a-brookfield-a-empresa-canadense-que-investiu-quase-r-27-bilhoes-no-brasil-em-5-anos.ghtml>

²⁰ Este movimento é descrito na reportagem do Estado de São Paulo, de 29 de janeiro de 2018. Com o título de "Interesse chinês anima empreiteiras", a reportagem dá destaque para este novo modelo de parceria que poderia representar uma retomada do grande capital nacional da construção civil enfraquecido por processos econômicos desfavoráveis e pela operação Lava Jato. Fonte: Estado de São Paulo. Acessado em 07/06/2019 e disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,interesse-chines-anima-empreiteiras,70002169160>

de investimento, empresas como OAS e Odebrecht seriam beneficiadas por investimentos que viabilizariam uma retomada de seus negócios, mantendo o modelo de inserção dos grandes grupos nacionais e suas influências nos governos e projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos aqui apresentar uma hipótese de debate que vem sendo construída em conjunto com as demais pesquisas que tratam do tema das empreiteiras na produção do espaço. Iniciamos ainda na definição dos principais conceitos e categorias que melhor explicam os fenômenos estudados, que por sua atualidade, estão em permanente transformação. Ao estudar as formas do grande capital nacional da construção civil e a história de sua formação, é quase imediata a associação com a persistência de um patrimonialismo histórico do Estado brasileiro, baseado na privatização da coisa pública. Propomos aqui o debate de outras interpretações, tomando como ponto de partida a argumentação de Boito Jr. (2017), que chama a atenção para o caráter ideológico da corrupção:

[...]O Estado capitalista estabelece a distinção formal entre recursos públicos e privados e a ideia de corrupção origina-se de tal distinção. Mas esta é apenas relativa ou formal, pois, na prática, os recursos do Estado estão a serviço da classe capitalista. É por isso que a prática da corrupção e a sua condenação, retórica ou real, motivada por valores variados de acordo com a classe social considerada, devem ser tratadas como ideologia: uma representação inconsciente, deformada e interessada da realidade, no caso, uma representação inconsciente, deformada e interessada sobre a natureza e o funcionamento do Estado capitalista. (BIOTO JR, 2017: 13)

Campos (2019), ao analisar efeitos da crise econômica recente e da operação Lava jato sobre o setor da construção civil brasileira, evidencia uma "desestruturação do setor, com intensa desnacionalização do segmento de infraestrutura no Brasil" (Campos, 2019, p. 142).

[...]Esse processo de desnacionalização pode ser verificado em diversos ramos do mercado doméstico de engenharia. Conforme vimos, os processos de privatização na década de 1990 deram fôlego ao capital estrangeiro, permitindo que grupos internacionais se instalassem no país, em setores como o de telecomunicações. No entanto, alguns grupos domésticos também fizeram aquisições e obtiveram concessões no período e, particularmente no ramo da infraestrutura, as maiores empreiteiras brasileiras foram contempladas com vias com pedágios e outras boas fontes de renda. O processo teve sequência nas décadas seguintes e boa parte dos aeroportos e estádios para a Copa do Mundo de 2014 passaram a ser administrados por essas empresas, como o caso do Maracanã e do Galeão, ambos gerenciados pela Odebrecht. No entanto, em meio à crise, a construtora se desfez da concessão do Maracanã e do Galeão, que foi para a Changi Airports International, de Cingapura. Além disso, a privatização dos aeroportos

teve continuidade em meio aos tempos da Lava jato, mas não mais contemplou as empreiteiras brasileiras. Em março de 2017, foram feitos leilões de quatro aeroportos da Infraero: o de Porto Alegre e de Fortaleza foram arrematados pelo grupo europeu Fraport AG Frankfurt; o de Florianópolis foi obtido pela suíça Zurich; e o de Salvador ficou com a francesa Vinci. (CAMPOS, 2019: 139)

O autor destaca ainda o mesmo processo para as concessões rodoviárias, eletricidade e a compra de construtoras brasileiras por grupos estrangeiros. Para ele, estes processo de desestruturação do setor está ligado ao movimento mais geral da economia brasileira no sentido da desindustrialização e da reprimarização e, ainda, a um reforço de um padrão de acumulação financeira:

[...]Mas não é só o segmento primário que tem ganhado fôlego nas últimas décadas na economia brasileira. A acumulação no âmbito bancário e financeiro tem se expandido significativamente, no compasso dos juros elevados e das facilidades dadas aos bancos instalados no país. Com uma forte centralização de capital, os maiores bancos brasileiros têm tido constantes e sucessivos recordes nos seus lucros. Dos cinco maiores lucros brutos da economia brasileira em 2017, quatro são de bancos (Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Santander) e só um é de uma empresa de outro setor – no caso, da Vale (CAMPOS, 2019: 147)

Este reordenamento, então, do processo de acumulação indicaria uma nova inserção do país na Divisão Internacional do Trabalho, que inclui a desnacionalização de segmentos como o da infraestrutura. Processo similar ocorre também no setor imobiliário, que cada vez mais se aproxima da infraestrutura e do financeiro na transformação das cidades, a julgar pela importância econômica do setor. A própria Brookfield, que comprou diversos ativos imobiliários da Odebrecht, apresenta como principal negócio, os investimentos em imóveis comerciais, que atingem o exponencial valor de 150 bilhões de dólares²¹.

REFERÊNCIAS

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2013, vol.21, n.47, pp.31-38.

²¹ Cf. Portal G1, em reportagem sobre a trajetória da Brookfield: "O grupo todo tem mais de 70 mil funcionários operacionais e administra US\$ 265 bilhões em ativos no mundo. A divisão de investimento em imóveis comerciais é o principal negócio, com cerca de US\$ 150 bilhões em ativos administrados. Em seguida vem os investimentos em infraestrutura, que somam cerca de US\$ 40 bilhões. As unidades de energia renovável e de private equity (que compra participações em outras empresas) somam respectivamente US\$ 30 bilhões e US\$ 24 bilhões investidos. Todas as quatro divisões são estruturadas como empresas têm capital aberto. O grupo capta dinheiro em bolsa por meio dessas companhias e também de fundos privados e negociação de títulos públicos. E investe nos negócios, com a expectativa de valorizá-los". Acessado em 07/06/2019 e disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/quem-e-a-brookfield-a-empresa-canadense-que-investiu-quase-r-27-bilhoes-no-brasil-em-5-anos.ghtml>



BOITO JR., Armando. **A corrupção como ideologia.** Miolo, Revista Crítica Marxista, 44. 09/02/2017

BOTELHO, Adriano. **O Urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A formação do grande capital brasileiro no setor da indústria de construção: resultados preliminares de um estudo sobre causas e origens.** Trabalho necessário, UFF, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988.** Niteroi, RJ: Eduff, 2015.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Os efeitos da crise econômica e da operação Lava jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil:** falências, desnacionalização e desestruturação produtiva. Mediações, Londrina, V. 24 N. 1, P.127-153, JAN.-ABR. 2019. DOI: 10.5433/2176-6665.2019.1v24n1p127

CHESNAIS, François. Introdução. In: CHESNAIS, F. (org.) **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.

COMEX DO BRASIL. Disponível em <https://www.comexdobrasil.com/odebrecht-passa-jbs-e-torna-se-a-empresa-brasileira-com-maior-indice-de-internacionalizacao/>, acessado em 05/06/2019.

ESTADO DE SÃO PAULO. Acessado em 07/06/2019 e disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,interesse-chines-anima-empreiteiras,70002169160>

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil.** Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2011.

FUENTES, Ariel Rodolfo. **Cuestiones urbanas y regionales en Argentina. Procesos y prácticas en la ciudad contemporánea.** Territorios en construcción. VII Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata. La Plata, 5 al 7 de diciembre de 2012. <http://jornadassociologia.fahce.unlp.edu.ar>

GOES, Fernanda Lira. **Financiamento do BNDES para obras e serviços de empresas brasileiras no exterior.** Instituto de Pesquisa econômica aplicada (IPEA). Brasília, 2017.

HARVEY, David. **O Capital Reunido.** In: Harvey, D. O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2001.

LESSA, Carlos; DAIN, Sulamis. **Capitalismo Associado: Algumas Referências para o tema Estado e Desenvolvimento.** In: BELLUZZO, Luiz G.; COUTINHO, Renata (Ed.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise. São Paulo: Brasiliense, 1983.



O EMPREITEIRO. Julho de 2010. Acessado em 15/04/2019 e disponível em: <http://revistaoe.com.br/odebrecht-e-lider-do-setor-de-construcao-na-argentina/>

ODEBRECHT. Relatórios a investidores. Disponível em <https://www.odebrecht.com/pt-br/a-odebrecht/relatorios-aneis> acessado em 13/06/2019.

OLIVEIRA, Francisco. **Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda. **A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo?** CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, pp. 135-155, jan.-jun. 2017.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIREZ, Pedro. **Las heterogéneas formas de producción y consumo de la urbanización latinoamericana**. Espacio Aberto, nº 16, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, BA: 2016.

PORTAL G1. Acessado em 07/06/2019 e disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/quem-e-a-brookfield-a-empresa-canadense-que-investiu-quase-r-27-bilhoes-no-brasil-em-5-anos.ghtml>

REVISTA EXAME. "Gávea vira sócia da Odebrecht no mercado imobiliário", disponível em <http://exame.abril.com.br/negocios/gavea-vira-socia-odebrecht-mercado-imobiliario> acessado em 05/06/2019.

ROCHA, Marco Antonio Martins da. **Grupos Econômicos e Capital Financeiro: Uma História Recente do Grande Capital Brasileiro**. Tese de doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNIVAMP), 2013.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **A incorporação da metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço e m Fortaleza**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Public-private partnerships and their implications for inclusive urbanisation in Brazil**. Regions, 303, 2016.

SILVA FILHO, José Humberto. **A internacionalização da Odebrecht no capitalismo dependente brasileiro**. Mestrado em sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Instituto de ciências sociais, Maceió, 2017.

Valor Econômico, 06/2016. "TCU avalia financiamentos do BNDES no exterior" acessado em 05/06/2019. Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/4586055/tcu-avalia-financiamentos-do-bndes-no-exterior>

WEHBA, Cristina. **Novas Relações de Produção Imobiliária na Metrópole do Século XXI: Odebrecht, Água Espreada e o Parque da Cidade em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.